

Governo apressa

ECONOMIA • 17

BO

acordo da dívida

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo inicia nesta semana a última etapa de preparação dos contratos do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira, diante da perspectiva concreta de só assiná-los formalmente depois de submeter os seus termos ao crivo do Congresso Nacional. O novo ritual a ser cumprido por tratados ou acordos internacionais estabelecidos pelo Governo, previsto no artigo 59 da nova Constituição, tirou o sono dos funcionários do Ministério da Fazenda e do Banco Central, encarregados da negociação da dívida externa.

Na semana passada, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, parti-

cipou de uma reunião específica para debater o assunto, preocupado com a repercussão do novo texto constitucional junto à comunidade financeira internacional. Os especialistas do Ministério chegaram a levantar a possibilidade de que o acordo com os bancos privados deve ser interpretado apenas como uma continuidade das fases anteriores de negociação.

Na interpretação de outras fontes oficiais, o artigo 50 é claro e transparente, sem a necessidade sequer de legislação complementar que o regulamentasse. Se prevalecer a interpretação de que o acordo deve ser submetido ao Congresso Nacional, o Governo não tem dúvidas de que os termos negociados com o Comitê Assessor dos Bancos será bombardeado

duramente pelos parlamentares de oposição. Desde a conclusão do protocolo do acordo até agora, as críticas às propostas acertadas com o Comitê Assessor têm sido alvo de críticas cada vez mais frequentes.

Restaria ao Governo, nesse caso, tentar concluir rapidamente o processo de preparação dos contratos do acordo para assiná-los antes da promulgação da nova Constituição. Há chances concretas de que isso possa ocorrer, dependendo da data definitiva escolhida para a promulgação do texto constitucional. Os técnicos do Governo acreditam que, ao contrário de fases anteriores, a etapa de preparação dos contratos não chegará a demandar um mês, permitindo que o protocolo seja assinado antes do final de setembro.